

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XII/3.^a SL

Aos 5 dias do mês de março de 2014, pelas 10 horas e 15 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na Sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

- 1 Distribuição de iniciativas legislativas;**
- 2 Distribuição de iniciativas europeias;**
- 3 Nova apreciação da proposta de lei n.º 185/XII/3.^a (GOV) – Procede à primeira alteração à Lei n.º 36/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão n.º 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust e que altera a Decisão n.º 2002/187/JAI relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade;**
- 4 Discussão e votação, na especialidade, da proposta de lei n.º 188/XII/3.^a (GOV) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 22/99, de 21 de abril, que regula a criação de bolsas de agentes eleitorais e a compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em atos eleitorais e referendários;**
- 5 Fixação de redação final do texto que " procede à primeira alteração à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo as Diretivas n.ºs 2011/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, 2013/32/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho e 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho" - [Proposta de Lei n.º 187/XII/3.^a (GOV)], nos termos do artigo 156.º do RAR;**
- 6 Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias;**
- 7 Apreciação e votação das atas n.ºs 33 a 37/XII/3.^a, correspondentes às reuniões de 4 a 26 de fevereiro de 2014;**
- 8 Outros assuntos.**

Aberta a reunião pelo Senhor Presidente, Deputado Fernando Negrão, procedeu-se à distribuição da seguinte iniciativa legislativa:

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XII/3.^a SL

N.º AUTOR	ASSUNTO	NOMEAÇÃO RELATOR
Projeto de lei n.º 522/XII/3.^a	Altera a previsão legal dos crimes de violação e coação sexual no Código Penal	Não foi nomeado relator, uma vez que a iniciativa estava agendada para a reunião plenária de 07.03.2014

Foram ainda distribuídas as seguintes iniciativas europeias:

Título do Documento	Deputado Relator	Data-limite de envio à CAE:
<i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a revisão conjunta da aplicação do Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre a utilização e a transferência dos registos de identificação dos passageiros para o Departamento de Segurança Interna (DHS - Department of Homeland Security) dos Estados Unidos [COM(2013)844].</i>	Deliberado não escrutinar	Não aplicável
<i>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativa ao relatório conjunto da Comissão e do Departamento do Tesouro dos EUA sobre o valor dos dados fornecidos no quadro do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo (TFTP), nos termos do artigo 6.º, n.º 6, do Acordo entre a UE e os EUA sobre o tratamento de dados de mensagens de pagamentos financeiros e a sua transferência da UE para os EUA para efeitos do TFTP [COM(2013)843].</i>	Deputada Isabel Alves Moreira (PS)	Não aplicável
<i>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Sistema europeu de deteção do financiamento do terrorismo (TFTS-UE) [COM(2013)842</i>	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)	Não aplicável
<i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Terceiro relatório sobre a aplicação, pela Ucrânia, do Plano de Ação para a liberalização dos vistos [COM(2013)809].</i>	Deliberado não escrutinar	Não aplicável
<i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Primeiro relatório sobre os progressos da aplicação, pela Geórgia, do Plano de Ação para a liberalização dos vistos [COM(2013)808].</i>	Deliberado não escrutinar	Não aplicável

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XII/3.ª SL

<p><i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Quinto relatório sobre a aplicação, pela República da Moldávia, do Plano de Ação para a liberalização dos vistos [COM(2013)807].</i></p> <p><i>Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas.</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>Não aplicável</p>
<p><i>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1236/2005 do Conselho relativo ao comércio de determinadas mercadorias suscetíveis de serem utilizadas para aplicar a pena de morte ou infligir tortura ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes [COM(2014)1].</i></p>	<p>Deputado João Lobo (PSD)</p>	<p>Não aplicável</p>
<p><i>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Quarto relatório sobre o acompanhamento da pós-liberalização dos vistos para os países dos Balcãs Ocidentais em conformidade com a Declaração da Comissão de 8 de novembro de 2010 [COM(2013)836].</i></p> <p><i>Obs: distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>Não aplicável</p>
<p><i>RELATÓRIO DA COMISSÃO EUROPEIA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos realizados pela Bulgária no âmbito do mecanismo de cooperação e de verificação [COM(2014)36].</i></p>	<p>Deliberado não escrutinar</p>	<p>Não aplicável</p>
<p><i>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Enfrentar as consequências da privação do direito de voto dos cidadãos da União que exercem o seu direito de livre circulação [COM(2014)33]</i></p>	<p>Deputado Luís Pita Ameixa (PS)</p>	<p>Não aplicável</p>
<p><i>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à aprovação, em nome da União Europeia, da Convenção da Haia de 30 de junho de 2005 sobre os Acordos de Eleição do Foro [COM(2014)46]</i></p>	<p>Deputado Paulo Simões Ribeiro</p>	<p>Não aplicável</p>
<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU RELATÓRIO ANTICORRUPÇÃO DA UE [COM(2014)38]. Este Relatório tem um anexo relativo a cada Estado-Membro, sendo que apenas o relativo a Portugal se encontra disponibilizado em língua portuguesa (COM 2014 38 Anexo Portugal)</p>	<p>Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)</p>	<p>Não aplicável</p>

No terceiro ponto da ordem do dia, procedeu-se a nova apreciação da [proposta de lei n.º 185/XII/3.ª \(GOV\)](#) – Procede à primeira alteração à Lei n.º 36/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão n.º 2009/426/JAI do Conselho, de 16 de dezembro de 2008, relativa ao reforço da Eurojust e que altera a Decisão n.º

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XII/3.^a SL

2002/187/JAI relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade, a requerimento do Grupo Parlamentar do PS.

A proposta de lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 6 de dezembro de 2013, sem votação, por um período de 30 dias, a requerimento do PSD, para nova apreciação.

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou propostas de alteração em 24 de fevereiro de 2014.

Da votação, na qual se encontravam presentes todos os grupos parlamentares, à exceção do PEV, a Comissão procedeu a nova apreciação e votação indiciária na especialidade da proposta de lei e das propostas de alteração.

Da votação resultou o seguinte:

❖ **Artigo 1.º** (*preambular*) *Objeto*

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE

❖ **Artigo 2.º** (*preambular*) *Alteração à Lei n.º 36/2003, de 22 de agosto*

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE

Artigo 1.º

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE

Artigo 2.º

N.ºs 3 e 5

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XII/3.ª SL

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovados** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE

Artigo 3.º

N.º 1

Na redação da proposta de alteração do PCP – Rejeitado com votos contra do PSD e do CDS/PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS.

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD e do CDS/PP e votos contra do PS, do PCP e do BE.

N.ºs 2 e 3

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovados** com votos a favor do PSD e do CDS/PP e abstenções do PS, do PCP e do BE

N.º 4

Na redação da proposta de alteração do PCP - Rejeitado com votos contra do PSD e do CDS/PP, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do PS.

Na redação da PPL n.º 185/XII – **Aprovado** com votos a favor do PSD e do CDS/PP e votos contra do PS, do PCP e do BE.

N.ºs 5, 6 e 7

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovados** com votos a favor do PSD e do CDS/PP e abstenções do PS, do PCP e do BE.

Artigo 4.º

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XII/3.ª SL

Artigo 4.º-A (*Representação na coordenação de permanência*)

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

Artigo 5.º

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

Artigo 6.º

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

Artigo 7.º

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

Artigo 8.º

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

Artigo 9.º

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

Artigo 9.º-A (*Intercâmbio de informações*)

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XII/3.^a SL

Artigo 9.º-B (*Informação prestada pelo membro nacional às autoridades nacionais competentes*)

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

Artigo 10.º

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

Artigo 11.º

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

Artigo 12.º

N.º 1

Alínea a)

Na redação da proposta de alteração do PCP - Rejeitada com votos contra do PSD e CDS/PP, a abstenção do PS e votos a favor do PCP e do BE

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovada** com votos a favor do PSD e do CDS/PP e abstenções do PS, do PCP e do BE.

Alínea b)

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovada** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

N.ºs 2 e 3

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XII/3.ª SL

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovados** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

Artigo 12.º-A (*Sistema nacional de coordenação da EUROJUST*)

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

Artigo 15.º

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

❖ **Artigo 3.º** (*preambular*) *Aditamento à Lei n.º 36/2003, de 22 de agosto*

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

❖ **Artigo 4.º** (*preambular*) *Norma transitória*

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

❖ **Artigo 5.º** (*preambular*) *Norma revogatória*

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

❖ **Artigo 6.º** (*preambular*) *Entrada em vigor*

Na redação da PPL n.º 185/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD, do PS e do CDS/PP e abstenções do PCP e do BE.

Em seguida, procedeu-se à discussão e votação, na especialidade, da [proposta de lei n.º 188/XII \(3.ª\) \(GOV\)](#) - Procede à primeira alteração à Lei n.º 22/99, de 21 de abril,

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XII/3.^a SL

que regula a criação de bolsas de agentes eleitorais e a compensação dos membros das mesas das assembleias ou secções de voto em atos eleitorais e referendários.

A proposta de lei, da iniciativa do Governo, baixara à Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias em 10 de janeiro de 2014, após aprovação na generalidade.

Da votação, na qual se encontravam presentes todos os grupos parlamentares, à exceção do PEV, resultou o seguinte:

❖ **Artigo 1.º** (*Preambular*) *Objeto*

Na redação da PPL n.º 188/XII - **Aprovado** com votos a favor do PSD e do CDS/PP e abstenções do PS, do PCP e do BE.

❖ **Artigo 2.º** (*Preambular*) *Alteração à Lei n.º 22/99, de 21 de abril*

Na redação da PPL n.º 188/XII – **Aprovado** com votos a favor do PSD e do CDS/PP e abstenções do PS, do PCP e do BE.

Artigo 9.º

N.º 1

Na redação da PPL n.º 188/XII – **Aprovado** com votos a favor do PSD e do CDS/PP e abstenções do PS, do PCP e do BE.

❖ **Artigo 3.º** (*Preambular*) *Primeira atualização*

Na redação da PPL 188/XX – **Aprovado** com votos a favor do PSD e do CDS/PP e abstenções do PS, do PCP e do BE

❖ **Artigo 4.º** (*Preambular*) *Entrada em vigor*

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 38/XII/3.^a SL

Na redação da PPL 188/XII – **Aprovado** com votos a favor do PSD e do CDS/PP e abstenções do PS, do PCP e do BE

No quinto ponto da ordem do dia, a requerimento do PSD, foi adiada a fixação da redação final do texto que "procede à primeira alteração à Lei n.º 27/2008, de 30 de junho, que estabelece as condições e procedimentos de concessão de asilo ou proteção subsidiária e os estatutos de requerente de asilo, de refugiado e de proteção subsidiária, transpondo as Diretivas n.ºs 2011/95/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro, 2013/32/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho, e 2013/33/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho" - [[Proposta de Lei n.º 187/XII/3.^a \(GOV\)](#)],

No ponto seguinte, foi apreciado o relatório sobre a iniciativa europeia [COM\(2013\)837](#) – Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões – Livre circulação dos cidadãos da UE e das suas famílias: cinco medidas para fazer a diferença, apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Hugo Lopes Soares (PSD). Após um breve debate, em que interveio o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS), que salientou a importância deste assunto de acordo com a conceção de que vivemos numa Europa de todos, o relatório foi aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV.

No sétimo ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente colocou à votação as atas n.ºs 33 a 37/XII/3.^a, correspondentes, respetivamente, às reuniões de 4 a 26 de fevereiro de 2014, que foram aprovadas por unanimidade, na ausência do BE e do PEV.

No ponto reservado a «Outros assuntos», o Senhor Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD) requereu que fosse reativado o Grupo de Trabalho – Tribunal Arbitral do Desporto, dado que os Grupos Parlamentares do PSD e do CDS-PP iriam apresentar uma iniciativa legislativa com o objetivo de alterar a Lei n.º 74/2013, de 6 de setembro (que cria o Tribunal Arbitral do Desporto e aprova a respetiva lei), por consequência do Acórdão n.º 781/2013, do Tribunal Constitucional, relativo ao Tribunal Arbitral do Desporto, proposta que foi aceite pelo Senhor Presidente.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

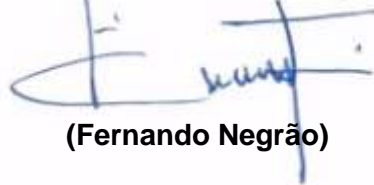
ATA NÚMERO 38/XII/3.ª SL

Em seguida, a Senhora Deputada Isabel Alves Moreira (PS) usou da palavra para requerer o reagendamento do projeto de lei n.º 278/XII/1.ª (PS) – Consagra a possibilidade de coadoção pelo cônjuge ou unido de facto do mesmo sexo e procede à 23.ª alteração ao Código do Registo Civil, para que seja retomado o processo em sede de especialidade.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 5 de março de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Fernando Negrão)

Nota: Aprovada em 02.04.2014



**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 38/XII/3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Cecília Honório
Fernando Negrão
Filipe Neto Brandão
Hugo Lopes Soares
Hugo Velosa
Isabel Alves Moreira
Isabel Oneto
João Lobo
Jorge Lacão
José Magalhães
Luís Pita Ameixa
Maria Paula Cardoso
Paulo Rios de Oliveira
Paulo Simões Ribeiro
Telmo Correia
Teresa Anjinho
Ana Catarina Mendonça Mendes
Carlos Abreu Amorim
Margarida Almeida

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Andreia Neto
Francisca Almeida
Teresa Leal Coelho

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

José Luís Ferreira